

CAMPO OU CIDADE? um estudo qualitativo sobre as pretensões migratórias de jovens de um assentamento em Mossoró-RN

Rosa Adeyse Silva* Pedro Arthur Rodrigues Figueiredo**

Karla Kallyana Filqueira Feliz*** Ana Beatriz Bernardes Oliveira****
e Elisabete Stradiotto Siqueira*****

Resumo: O presente artigo tem o objetivo investigar a percepção da juventude agrária de um assentamento rural do município de Mossoró-RN, sobre suas esperanças, sonhos, perspectivas e posicionamento com relação à educação, saúde e lazer oferecidos no campo, buscando entender o que os move em direção ao mundo urbano ou ao rural. Pretende-se ainda verificar se a ida do jovem para o meio urbano é uma ruptura com o rural ou uma determinação estrutural que não lhe deixa alternativas. Na pesquisa de campo de natureza descritiva e qualitativa, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e foram realizadas entrevistas com 30 jovens em cinco agrovilas. Percebeu-se que a educação, a saúde e o lazer são fatores relevantes para os jovens, mas que as questões de oportunidades de trabalho e capacitação para o mercado de trabalho também são essenciais para a permanência no campo. Considerando os dados foi possível identificar que as pretensões dos jovens em migrar para a cidade é em grande parte para a realização de suas aspirações profissionais, e que muitos pretendem voltar ao campo.

Palavras-chave: Juventude; rural; urbano; pretensões migratórias.

Abstract: This paper aims to investigate the perception of agrarian youth on a rural settlement in the municipality of Mossoró-RN, about their hopes, dreams, prospects and positioning regarding education, health and recreation offered in the countryside, trying to understand what drives them towards the rural or the urban world. Another objective is to check if the departure of the young to urban areas is a break with the rural or structural determination which does not provide them alternatives. In field research of nature qualitative and descriptive, we used semi-structured interviews conducted with 30 young people and in five rural villages. It was felt that education, health and leisure are factors relevant to young people, but that the issues of job opportunities and training for the labor market are also essential for remaining in the countryside. Considering the data, we found that the pretensions of young people to migrate to the city are largely for fulfilling their professional aspirations, and many intend to return to the field.

Keywords: Youth, rural, urban, migratory intentions.

1. Introdução

No contexto campo/cidade, existem particularidades em relação ao estilo de vida dos habitantes das comunidades rural e urbana. De acordo com Gonçalves (2004), o conceito de Estilos de Vida pode, numa acepção globalizante, ser traduzido pelo currículo existencial do sujeito em adaptação ao meio e à cultura onde atua.

Tratar a questão estilo de vida levando em conta os jovens do meio urbano e do meio rural retrata uma notória diferença entre eles, desde as oportunidades oferecidas até o comportamento desses com relação às perspectivas que eles encontram em seus meios distintos. Sposito (1999) considera que, a construção da identidade do jovem se dá através da compreensão que esse tem dele mesmo e do reconhecimento externo dessa percepção na construção de bases de identificação dos jovens com seu meio social.

Pode-se afirmar, então, que o meio onde se encontra o jovem vai contribuir para definir sua forma de se ver como cidadão, o que leva a um questionamento sobre a situação dos jovens que tem que revezar, por questões de estudo, o local de moradia entre o campo e a cidade. O conceito de local refere-se, “à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade” (MARTINS, 2002, p. 54).

Existem diferenças nas motivações dos jovens entre migrar para cidade ou permanecer na agricultura, segundo Abramovay *et al.* (2007), nas últimas décadas ocorreu no Brasil um intenso esvaziamento no campo, principalmente de jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho. As aspirações profissionais são destaque de Abramovay (2007), que afirma ser uma das missões fundamentais da extensão rural favorecer

a criação e as oportunidades de emprego e geração de renda, ao menos para atender a maior parte dos jovens da área rural, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável.

O autor continua: “o processo de envelhecimento da população economicamente ativa na agricultura é uma expressão clara da natureza não agrícola da pobreza rural: os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho fora das regiões em que estão seus familiares com imensa frequência” (ABRAMOVAY, 2007, p. 03). Portanto, algumas evidências indicam que a zona rural não possui um índice de desenvolvimento que oportunize a juventude se desenvolver econômica e socialmente e realizar suas expectativas de vida.

Assim, este estudo pretende investigar as pretensões que o jovem do meio rural tem, em permanecer ou não em seu lugar de origem, a partir da ideia de que ele pode buscar novos caminhos no meio urbano, visando outras formas de conhecimento e maiores oportunidades, bem como, investigar se a ida do jovem para o meio urbano é uma ruptura com o rural ou uma determinação estrutural que não lhe deixa alternativas.

Evidenciando o contexto Jovem Rural, o presente artigo tem por objetivo, investigar a percepção da juventude agrária, sobre suas esperanças, sonhos, perspectivas e posicionamento com relação à educação, saúde e lazer oferecidos no campo, buscando entender o que os move em direção ao mundo urbano ou ao rural.

2. Referencial teórico

2.1 *Relação Campo/Cidade*

Segundo Corrêa (1989), as relações campo-cidade ao longo da história, têm sido estudadas por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, porém, cada área da ciência com o seu objetivo. Pode-se verificar que a diversidade de contribuições direcionadas ao estudo da relação campo-cidade, rural-urbano não se esgotou e tampouco há um consenso entre os pesquisadores do tema. Neste sentido, um apoio para abordar a problemática das relações campo-cidade, encontra-se no estudo de Marx e Engels (1998). Em *A ideologia alemã*, os autores analisam esta questão a partir da relação social de produção existente, tomando como referencia a divisão social do trabalho, caracterizada pela separação do

trabalho industrial e comercial de um lado (na cidade) e do outro, o trabalho agrícola (no campo), portanto demarcando uma oposição de interesses das classes sociais que vivem no campo com as que vivem na cidade.

Marx (1996) entende que nas relações campo-cidade, o primeiro se torna fonte de matéria-prima para indústria, em geral localizada na cidade (cita o caso da lã de ovelha usada na indústria têxtil na Inglaterra), além de liberar grandes contingentes de camponeses que, ao serem separados da terra e dos seus instrumentos de trabalho, são lançados às cidades para constituírem a mão-de-obra, a “força de trabalho” utilizada na indústria. Assim, a ideia de uma oposição entre campo e cidade é demonstrada na análise feita por Marx. Nesta perspectiva, foram colocadas como distintas essas duas realidades, a fim de explicar as diferentes classes sociais e as contradições no interior destas. De acordo com Corrêa (1989), a oposição entre o rural e o urbano representava nesse período as classes sociais que contribuíam ou se opunham ao capitalismo.

As análises realizadas nas primeiras obras de Marx apresentam o que Araújo e Soares (2011) chamam de “uma visão urbanocêntrica”, na qual a cidade possui primazia em relação ao campo, corroborando para uma imagem que o constitui como sendo o oposto da cidade. Pode-se perceber que nessa concepção o rural representa o espaço periférico, atrasado e dominado pelo urbano, este último considerado central e dominante, tal perspectiva possui certa predominância nos dias de hoje.

Silva (1998) defende que o campo e a cidade são territórios econômicos-políticos, interdependentes e articulados. Parece redundante, mas, no período contemporâneo não se pode considerar o campo e a cidade dois mundos separados, antagônicos, já que estamos em um mundo de relações de complexidade e diversidade, assim, é difícil delimitar com precisão onde começa o campo e termina a cidade e vice-versa. Como afirma Bagli (2004), o campo e a cidade não são dois pólos extremos, mas construções humanas permeadas de contradições e especificidades, vinculadas ao seu uso, a sua apropriação e dominação.

Deste modo, cabe a reflexão de que a cidade e o campo são construções socioespaciais, que devem ser analisadas e fortalecidas por suas peculiaridades e singularidades. Alentejano (2003)

relata que no campo a relação com a terra é uma das principais características. A partir disso, consideramos o campo e a cidade como construções socioespaciais distintas, mas não dicotômicas.

Sendo assim, na caracterização do rural e do urbano, é necessário atentar às condições socioespaciais peculiares ao período histórico de análise, ou seja, a contextualização que valorize os elementos espaciais e temporais. Essa afirmação é melhor compreendida nas palavras de Endlich (2006, p.13):

[...] o debate sobre o que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. As considerações teóricas alteram-se conforme as dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico.

Santos (1993) considera cidade e campo como formas no espaço e defende que urbano e rural evidenciarão o conteúdo social de tais formas. Assim, na definição de rural e urbano há a necessidade de se considerar as dimensões sociais e culturais de cada espacialidade, uma vez que são relacionados à sua respectiva categoria (campo/rural e cidade/urbano). Isso fica claro nas palavras de Lefebvre (1991, p. 49), pois para o autor,

[...] a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Nesse sentido, as relações entre cidade e urbano são estreitas, já que é impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível, que se constitui em produto e condição da dinâmica social.

Nessa perspectiva, o campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimos de rural e urbano, pois, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática de manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser à base de manifestação do urbano, podemos incorrer em um erro ao realizarmos tal associação simplista. Dada à intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, a realidade social manifestada e associada a cada espaço (rural e urbana) ultrapassa os limites de cada um, existindo uma influência mútua entre eles.

O campo e a cidade devem ser compreendidos como espaços que expressam os mesmos movimentos, isto é, a reprodução da sociedade

sobre e com uma base material. Assim, campo e cidade representam a materialização dos modos de vida e de reprodução dos homens e mulheres que vivem do/no campo da/na cidade.

Dessa maneira, compreender as relações campo-cidade é uma forma de analisar a complexidade da atividade social sobre o espaço geográfico. É uma das maneiras de se apreender como os atores sociais produzem suas ideias, materializam seus interesses no espaço, produzindo e sendo produzidos pela moradia, trabalho, lazer e consumo. São espaços que transformam homens e mulheres em constante movimento, demonstram a mutação entre o homem e suas realizações materializadas em formas-conteúdos, no campo e na cidade, entre o campo-cidade.

2.2 A fixação do homem no campo e as expectativas da juventude

Entre os principais motivos que são apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão). Singer (1973) esclareceu que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança (em grande parte associada à modernização), decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, que acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução no nível de emprego; e fatores de estagnação, “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (SINGER, 1973, p. 38). Resumidamente, “os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo mudança de técnica e, em consequência, o aumento da produtividade do trabalho”. “Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra”. (SINGER, 1973, p. 38)

Segundo Damiani (2006, p. 61), “Os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma

perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a antiguidade até nossos dias". Para esse autor, o êxodo rural pode ser entendido como uma migração espontânea (aparentemente espontânea), consequência de motivações políticas e econômicas conjunturais ou causas econômicas estruturais, não elucidando as condições históricas do processo de expropriação (DAMIANI, 2006). No caso específico das migrações ocorridas no Brasil, em especial, de nordestinos para outras regiões brasileiras, devem ser consideradas questões climáticas (a seca), políticas (Coronelismo e oligarquias), econômicas (ausência de empregos suficientes), entre outras.

Durante longo período, o êxodo rural foi considerado como inevitável e resultado lógico de um processo de modernização das atividades agrícolas. Logo, persiste no país "[...] a crença de que milhares de brasileiros continuariam deixando os campos em direção, em um primeiro momento, às pequenas cidades, para depois migrarem para grandes cidades e periferias das metrópoles" (DEL GROSSI *et al.*, 1997).

Na análise de Speyer (1983, p. 69), a fixação do homem no campo respondia a interesses das esferas de poder no campo e na cidade, isto é, no campo permanecia a mão-de-obra e "curral" eleitoral para a manutenção da hegemonia dos grandes proprietários rurais; na cidade, por sua vez, continha-se o fluxo migratório e os transtornos causados por essa mobilidade.

Assim, pode-se perceber que por questão de poder, evitava-se ao máximo o fluxo migratório. Contudo, mesmo diante da contensão dessa mobilidade, por vezes se tornou inevitável, especialmente pela escassez de políticas públicas que atendessem a quesitos básicos como saúde e educação. Neste contexto, o principal fluxo migratório que deveria ser contido era aquele composto pelos jovens, e a educação escolar foi um dos fatos da questão:

Surge assim o **ruralismo pedagógico**, movimento que teve como finalidade **ruralizar o ensino primário**, fazendo que este se transformasse em instrumento de fixação do homem no campo, na busca de esvaziar as correntes migratórias. [...] No entanto, a motivação dos ruralistas estava voltada para a fixação do homem no campo mais por motivos econômicos e políticos que humanistas e culturais (SPEYER, 1983, p. 69, grifos da autora).

O que na verdade havia era um conflito entre o capitalismo industrial e a economia agrícola. A pretensão de fixar o homem na terra nesse período, visava atender os interesses da elite dominante na

manutenção da ordem social e econômica. Mediante tais objetivos, o Ruralismo Pedagógico defende a reforma da escola rural e a proposta conforme afirma Abrão (1986, p. 147), é "a ruralização no sentido de desurbanizar o ambiente escolar da roça para assim se transformar em instrumento eficiente de fixação do homem no campo".

O discurso de "fixar o homem no campo" foi originado no seio da burguesia, num momento de desenvolvimento do Estado capitalista burocrático. Ela estava preocupada não apenas com o êxodo rural, mas com a construção de um sistema nacional de educação sob responsabilidade do Estado. Hoje, a "reedição" do Ruralismo pedagógico pelos movimentos da Via Campesina integra um contexto de reformas e de diminuição das responsabilidades do Estado para com a educação, mediante políticas públicas localistas que atendam às necessidades de um capitalismo em crise (LOVATO, 2009, p. 06).

À burguesia agrária também interessa que parte dos camponeses continue no campo, para servir de força de trabalho semiservil nos latifúndios de novo tipo.

É a base material que vai determinar a permanência do trabalhador e nortear seu rumo. A mobilidade espacial é um fator muito intenso nos dias de hoje, próprio do movimento que o capital perfaz para sua acumulação na atualidade, caracterizado pela flexibilidade e vulnerabilidade do mercado (LOVATO, 2009, p. 06).

A mobilidade espacial é algo inerente ao próprio movimento do capital, que em cada momento histórico determina as condições e os espaços a serem ocupados. A defesa do Ruralismo pedagógico está vinculada às políticas compensatórias, focalizadas, existentes no campo. É mais uma forma de segmentação da sociedade, "é uma necessidade que o capitalismo contemporâneo criou, como forma de segmentar a sociedade para implementar políticas públicas para amenizar os conflitos sociais" (LOVATO, 2009, p. 10).

Atualmente, a defesa de uma educação que favoreça a fixação do homem no campo demonstra um certo rejuvenescimento de uma tendência ruralista, que as políticas públicas educacionais têm direcionado para resolver os problemas gerados pelo capital. Nesse cenário, a Educação do Campo, em sua proposta representada pelos setores populares da sociedade, Igreja Católica progressista, partidos ditos de esquerda e intelectuais comprometidos com a transformação social, termina por adotar uma postura

ultrapassada ao defender a fixação do homem no campo, pois conforme ressalta Abrão (1986, p. 127), “não estaria enganado se afirmasse que a reedição traz subentendida a mensagem segundo a qual as ideias defendidas na década de trinta continuam válidas, são verdadeiras, a despeito das mudanças ocorridas durante essas décadas”.

Mas a fixação dos camponeses no campo depende de diversos fatores. Não é a pedagogia que fixará os camponeses no campo, mas suas condições de existência. Os movimentos da Via Campesina atribuem à pedagogia um poder que ela não tem. As condições de vida no campo não se alteraram muito do início do século XX até os dias de hoje, mesmo com toda a tecnologia, com luz elétrica, asfaltamento das principais rodovias, telefonia rural e outros instrumentos reivindicados historicamente pelo movimento do Ruralismo pedagógico. A maioria dos camponeses ainda não possui esses bens e o êxodo rural só tem aumentado, inchando as periferias das cidades. A educação do campo não passou por mudanças que elevassem sua qualidade e acesso a toda a população (BEZERRA NETO e BEZERRA, 2007, p. 139), o que demonstra que, se não houver transformação na estrutura semifeudal do campo, não será possível sair desse atraso histórico a que essas populações estão submetidas. A pequena propriedade não é suficiente para toda a família quando os filhos ficam adultos. Ou eles seguem para a ocupação de latifúndios ou vão trabalhar na cidade. Portanto, sem a posse da terra e as condições materiais de permanência, o êxodo rural é inevitável.

A luta para que o trabalhador rural permaneça no campo, mais do que um problema pedagógico, deve ser vista como um problema econômico, pois há grandes dificuldades de se permanecer na roça para aqueles que não têm terra suficiente para produzir de acordo com as necessidades do mercado, mesmo que ainda existam aqueles que insistem em se manter como meeiros, arrendatários ou parceiros, praticamente inviabilizados pelas condições de vida oferecidas naquele ambiente (BEZERRA NETO e BEZERRA, 2007, p. 140).

Assim, o retorno ao ideário do Ruralismo pedagógico é mais uma forma de reforçar o caráter semifeudal do campo brasileiro, com todas as suas contradições produzidas e reproduzidas no contexto do capitalismo burocrático.

2.3 Campo ou cidade: a decisão do jovem

No meio de todo esse impasse entre ficar no campo, trabalhando em prol da produção rural visando à própria subsistência, ou migrar para a

cidade em busca de outras oportunidades, encontra-se a juventude. A faixa etária considerada como juventude é questão a ser discutida, limite esse diferenciando meio urbano e meio rural.

Os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população; em áreas rurais vivem 5,9 milhões de jovens, (IBGE, 2000). Esses dados mostram que apenas 17,3% dos jovens brasileiros moram na zona rural. Há indicadores que mostram que muitos deles trocam o campo pela cidade, este fato evidencia um problema, assim como uma preocupação que começa a se fazer presente no meio acadêmico em relação ao futuro da juventude rural, tais como, a sobrecarga do mercado de trabalho na zona urbana, o desaparecimento da agricultura familiar, a falta de mão-de-obra no campo, entre outras.

Nessa fase do desenvolvimento do ciclo vital, cada pessoa passa por transformações de forma diferenciada. Devem ser levadas em conta as diferenças de idade, pensamentos, sentimentos e de ações entre os jovens e, principalmente, conflitos gerados pelas desigualdades sociais e econômicas que podem ser traduzidos pela falta de oportunidades, o que impossibilita a realização de suas expectativas. Expectativas podem ser traduzidas na esperança de realizar o que se deseja, tanto no tempo presente quanto no tempo futuro (OLIVEIRA, 2007). Para um direcionamento de políticas públicas, a fim de que sejam eficazes Carneiro (2005, p. 247) afirma que “uma das questões que tem recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”.

Pelo menos três hipóteses definem a falta de interesse dos jovens em permanecer no campo, uma vez que a cidade poderia proporcionar melhores condições e perspectivas de vida: a saúde, a educação e o lazer.

O lazer é aspecto importante para a constituição da identidade do jovem. Para Barral (2004) a identidade do jovem é construída social e simbolicamente, através das diversas práticas de lazer. O autor continua comentando, articulando o lazer e a educação, ao afirmar que o lazer e as manifestações culturais estão assumindo, cada vez mais, o papel antes destinado à família, por outro lado o trabalho e a escola ocupam um papel relevante na formação da identidade do jovem, principalmente pela identificação com o grupo.

A saúde, outro aspecto de base para o desenvolvimento, esta intimamente ligada a Segurança alimentar. Os autores Belik, Silva e Takagi (2001) lembram que a força de uma nação depende da força do seu povo. Quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, tem energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, criar grandes obras artísticas, contribuir para os avanços científicos e levar uma vida digna e alegre, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento. Portanto, a saúde é, também, consequência da segurança alimentar e da educação.

A educação e a formação, também são essenciais para que o jovem se identifique como cidadão do campo, auxiliando na luta por melhorias no lugar, permitindo uma,

[...] “coesão solidária”, que deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização (ÁVILA, 2003, p.35-36).

Como mostra Castro (2005, p.322), “a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato”, que, juntamente com estudos mais recentes, tratam a questão como “intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato”. Um dos autores que adotam este ponto de vista é Patrick Champagne (1986), para quem a migração pode ser explicada pela rejeição à atividade agrícola. Segundo este autor, “a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida dos pais”; a crise de reprodução é então uma crise de identidade social (CHAMPAGNE 1986 *apud* BRUMER 2004, p.03). O autor constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão.

As representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida e aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações (CHAMPAGNE 1986 *apud* BRUMER 2004, p.03).

Vale ainda salientar que a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural. Neste sentido, Wanderley (2000), participa do debate com a ideia sobre o “fim do rural”, posicionando-se contra ela, ao mostrar que o rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. A autora considera o meio rural como um espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, as primeiras representadas pelas formas e a intensidade da vida social local e as segundas expressas pela integração aos espaços sociais mais amplos, principalmente através de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana (WANDERLEY, 2000).

Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças (FREIRE *et al.*, 1984), eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho, mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (PAULILO, 2004).

Quando o jovem passa a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural, em relação aos deveres como agricultor seja ele produtivo, econômico ou social, ele sente as dificuldades que a agricultura familiar tem encontrado ao longo dos anos, em relação ao crédito, assistência técnica, etc. A partir do momento que se envolve com esses problemas

seu desenvolvimento pessoal se torna mais difícil, pois é nessa fase da vida que estão planejando a realização de seus projetos pessoais que muitas vezes são interrompidos pelas condições que o núcleo familiar se encontra (SPANVELLO e VELA, 2003).

O histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, da dificuldade e insuficiência aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda aumenta ainda mais essa tendência dos jovens em deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos (SILVA *et al.*, 2006).

Com as dificuldades que os jovens encontram no acesso a terra há um desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois existe uma ansiedade em busca da independência financeira através do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais. Em alguns casos os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho “colocar o roçado”¹ e tentar obter algum lucro naquela terra. Em outros casos a terra é muito pequena e qualquer concessão do pai para o filho compromete a subsistência da família. Acrescenta-se a dificuldade de obtenção da terra à falta de conhecimento técnico, insuficiência de escolas agropecuárias e finalmente para muitos sair de casa para estudar não é permitido, e, muitas vezes, todo seu conhecimento advém do que aprendeu com seus pais. O conteúdo da escola, em geral, é direcionado apenas para a realidade urbana, além disso, a falta de assistência técnica para orientação dos mesmos, falta de crédito para ele iniciar alguma atividade, entre outros fatores interferem fortemente no interesse em permanecer no campo. Já as filhas ainda sofrem um pouco mais na dependência dos pais e acabam emigrando para a cidade em busca de trabalho remunerado e sua independência (CARVALHO *et al.*, 2009).

Deste modo a baixa educação e a insuficiência de políticas públicas têm gerado vários problemas, entre os quais se pode fazer referência ao analfabetismo; grande número de crianças e jovens fora da escola; a carência de ensino médio rural;

não valorização e formação de docentes; docentes alheios à realidade rural; abandono da escola rural; ausência de infraestrutura adequada; carência de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheios à realidade rural; escolas deslocadas das necessidades e das questões do mundo rural e alheia aos interesses dos trabalhadores rurais, de seus movimentos e organizações, e assim estimuladora do abandono do campo (QUEIROZ, 2001).

É importante ressaltar que para cursar o ensino médio, em geral, o jovem rural precisa ir para as sedes dos seus municípios regularmente, onde terão acesso à outra forma de vida e diferentes modos de relacionamento social ao qual começarão a confrontar os valores da vida no campo e na cidade e despertarão o desejo de viver tal modo de vida diferente do qual foram criados (SIQUEIRA, 2004). No entanto, há uma visão positiva nessa circulação entre o campo e a cidade, pois os jovens poderão tirar suas próprias conclusões quanto ao melhor modo de vida, terão uma melhor visão quanto a diferentes culturas e aprenderão a se socializar em outros grupos.

Conhecendo-se as tendências migratórias, as visões e perspectivas dos jovens quanto à atividade agrícola, surge à necessidade de inverter a questão e procurar pesquisar aspectos positivos que favoreçam a sua permanência. O estudo dos jovens rurais também apresenta sua importância para a criação e desenvolvimento das políticas públicas, a fim de torná-las mais eficientes. Nos estudos que abordam essa temática, Carneiro (2005, p. 247) mostra que “uma das questões que tem recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”.

Assim, procurando visar os seus reais desejos e aparições, os jovens passam por esse processo de discernimento e decisão entre permanecer no campo, usufruindo somente do que as atividades e as vivências rurais lhes podem oferecer, ou migrar para a cidade em busca de novas oportunidades que lhes proporcionem um estilo de vida diferente e talvez mais promissor.

3. Procedimentos metodológicos

O delineamento da pesquisa é teórico-empírico. Assim, com base em fundamentação teórica, a pesquisa será realizada por meio de revisão de literatura e de pesquisa de campo no contexto da

agricultura familiar. Para tanto, a pesquisa será descritiva, com método qualitativo. Pesquisas descritivas, como o nome indica, são aquelas que descrevem os fatos encontrados com maior frequência em um dado ambiente de pesquisa.

A pesquisa exploratória foi utilizada para localizar as associações das agrovilas viabilizando o contato com os jovens. Na pesquisa de campo foi possível obter informações sobre a dinâmica socioeconômica do jovem do campo frente as perspectiva do meio urbano.

A pesquisa foi realizada em assentamento rural do município de Mossoró-RN, mais precisamente em cinco agrovilas, que denominamos como: Agrovila A, Agrovila B, Agrovila C, Agrovila D e Agrovila E, onde em visitas prévias detectou-se maior acessibilidade aos jovens. Foram realizadas entrevistas com 30 jovens com faixa etária de 18 a 25 anos. A seguir a tabela com os respectivos pseudônimos utilizados na pesquisa. O critério de seleção dos sujeitos ocorreu com base na acessibilidade.

Tabela 1 – Agrovilas do Assentamento de Mossoró-RN.

Local investigado	Nº de entrevistas	Nº total de famílias
Agrovila A	4	183
Agrovila B	8	100
Agrovila C	4	110
Agrovila D	6	83
Agrovila E	8	80

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Abordou-se nessa pesquisa organizações sociais em que predominam a participação de jovens, e ainda jovens das agrovilas citadas na faixa etária entre 18 a 25 anos, sem distinção de sexo. O número de entrevistas foi determinado pelo critério de exaustão, ou seja, quando em cada agrovila as entrevistas deixarem de acrescentar novos dados. Foram entrevistados um total de 30 jovens.

Foram utilizados roteiros de entrevista semiestruturado que trataram de questões como: expectativas que o jovem do campo possui com relação à educação e a formação acadêmica; expectativas com relação ao futuro e se há pretensão em deixar o assentamento; sobre como é inserido no assentamento o acesso ao lazer, saúde e educação; motivação para permanecer ou para deixar o campo, entre outras questões.

De acordo com a disponibilidade de resposta dos entrevistados, foram formuladas novas perguntas que trouxeram maior detalhamento e aprofundamento dos pontos em questão, a fim de enriquecer a pesquisa exploratória.

4. Análise e discussão dos resultados

Os jovens do assentamento, objeto desta pesquisa, pretendem buscar novas oportunidades de estudo e trabalho no meio urbano. Pelo menos 67% dos entrevistados consideram-se insatisfeitos com o acesso a educação e as oportunidades de trabalho do campo. Na entrevista, um dos jovens relatou ser “impossível viver em um local onde não se tem acesso a uma boa escola e muito menos a um emprego digno”. Este relato remete a importância dada por Abramovay (2007) ao lembrar que uma das missões fundamentais da extensão rural é favorecer a criação e as oportunidades de emprego e geração de renda, que seja capaz de atender a maior parte dos jovens da área rural, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável.

De acordo com alguns entrevistados a “qualificação dos professores das escolas do assentamento é inferior a dos professores das escolas da cidade”, 60% dos jovens consideram que a educação oferecida no campo é diferenciada da que é oferecida na cidade, alguns entrevistados consideram que a educação se torna mais diferenciada no campo pela “falta de incentivo dos professores” e pelo desinteresse desses profissionais em “pelo menos tentar fornecer um ensino de qualidade”. Por outro lado, 40% afirmaram que “quando se trata do ensino ofertado na rede pública de educação não há distinção de conteúdos ou de qualidade no ensino”.

Para 77% dos entrevistados a vida no assentamento não oferece nenhuma outra atividade referente à educação que não seja nos horários de aula, mas 23% disseram que participam de um programa do Governo do Estado chamado “Mais Educação”, de acordo com eles o programa oferece oficinas de teatro e aulas de reforço, no entanto, não acontece com frequência. De todos os entrevistados, somente 20% disseram já ter participado de algum curso de capacitação para o mercado de trabalho, 50% nunca participaram de nenhum tipo de curso e 30% disseram só ter participado de cursos ofertados pelo projeto do PET e PROEXT da UFERSA.

Uma das entrevistadas alega que os jovens do

assentamento não têm acesso à capacitação profissional no campo e que “raramente somos beneficiados com algum programa gratuito que nos dê formação para o mercado de trabalho”. Nesse contexto Carneiro (2005, p. 247) lembra que para um direcionamento de políticas públicas, a fim de que sejam eficazes, “uma das questões que tem recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”. O ingresso em uma universidade faz parte dos sonhos dos jovens assentados, considerando que 80% deles, mesmo aqueles que pararam de estudar, pretendem ingressar nessa instituição em algum momento de sua trajetória. Esses números vão ao encontro da afirmação de Ávila (2003), que define a educação e a formação são essenciais para que o jovem se identifique como cidadão do campo, auxiliando na luta por melhorias no lugar.

Dos que pretendem deixar o assentamento, 60% correspondem a jovens do sexo feminino, o que confirma as pesquisas de Freire *et al.* (1984), que afirma que dos jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. A pesquisa também permitiu observar que 27% dos jovens do sexo masculino sentem-se mais responsáveis pela manutenção e sucessão das atividades agrícolas iniciadas por seus pais, isso explica a afirmação de Oliveira (2006), em que diz que, o jovem rural começa a trabalhar no campo por volta dos 10 a 12 anos, realizando algumas atividades mais simples e por volta dos 16 ou 17 anos muitas vezes já assume o papel de adulto na propriedade.

Outro fator determinante para a permanência desses jovens no campo está ligada as relações afetivas e a dependência financeira, 69% desses jovens disseram que as relações afetivas com seus amigos e familiares o impediriam de deixar o campo, e 57% disseram que a dependência financeira os impediam de sair, mas segundo depoimento de um dos jovens, esses dois fatores não irão o impedir quando ele decidir sair do campo, pois “a condição de vida no campo está cada vez mais difícil e monótona, eu não posso viver a minha vida toda dependendo dos meus pais e esperando que um emprego caia do céu. Esse fato reafirma o que diz Silva *et al.* (2006), a falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda

aumenta ainda mais essa tendência dos jovens em deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos.

Mas as oportunidades de trabalho e de uma formação digna não são as únicas pretensões desses jovens que moram no campo, eles também sentem falta de um espaço destinado ao lazer, 50% dos jovens disseram que o assentamento não oferece nenhuma opção de lazer, um dos jovens falou que “o lazer do assentamento é apanhar acerola”. Os outros 50% se dividiram entre ir à casa dos amigos, ir à igreja e jogar bola. Carneiro (1998, p.257), lembra que “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

No que diz respeito à dimensão da saúde no meio rural os jovens foram unânimes em responder que o acesso a saúde básica acontecia semanalmente nas 5 agrovilas, no entanto, avaliaram o serviço como precário e insuficiente para todos moradores. Os autores Belik, Silva e Takagi (2001) ressaltam que quando as pessoas são saudáveis, fortes e bem alimentadas, tem energia, criatividade, segurança, coragem e valor necessários para solucionar problemas, ou seja, colaborar para a evolução da civilização para níveis mais altos de desenvolvimento.

Apesar das críticas foi possível perceber que a maioria dos jovens, o que corresponde a 77%, gostam da vida no assentamento pela tranquilidade, pelas questões climáticas e pelas amizades. Desses jovens, 20% não querem nunca ter que deixar o assentamento, pois já se sentem parte daquele lugar, 67% só deixariam o assentamento para estudar ou trabalhar, e 13% pretendem deixar por questões de insatisfação com as lideranças das agrovilas, 13 jovens responderam que se saírem do assentamento pretendem voltar futuramente.

5 Considerações finais

Essa pesquisa se propôs a investigar as pretensões que o jovem do meio rural tem, em permanecer ou não em seu lugar de origem, objetivando analisar a percepção da juventude agrária, sobre suas esperanças, sonhos, perspectivas e posicionamento com relação à educação, saúde e lazer oferecidos no campo,

buscando entender o que os move em direção ao mundo urbano ou ao rural. Assim, percebeu-se que os jovens do assentamento gostam de morar no campo, mas que pretendem buscar novas oportunidades de estudos e de trabalho no meio urbano, pois consideram que a educação oferecida no meio rural é inferior aquela oferecida na cidade.

A pesquisa permitiu observar que a educação, a saúde e o lazer são fatores relevantes para os jovens, mas que as questões de oportunidades de trabalho e capacitação para o mercado de trabalho também são essenciais para a permanência no campo, pois esses jovens sentem-se incomodados em depender financeiramente de seus pais.

Observou-se que os jovens assentados têm a pretensão de sair do assentamento para estudar ou trabalhar e só pretendem voltar ao assentamento se tiverem alguma atividade que proporcione renda. Mas entre esses jovens há aqueles que querem buscar uma formação que possa ser desenvolvida no campo. Esses consideram que com uma boa formação é possível conseguir um emprego na agroindústria e concomitantemente administrar sua propriedade rural.

Percebeu-se que a vida tranquila do campo e o clima são fatores que motivam os jovens a ficarem no assentamento, mas a monotonia os deixa entediados. As relações afetivas e financeiras também influenciam muito na decisão de deixar o campo, mas a necessidade de estudar ou trabalhar os fariam ir para cidade em busca de seus objetivos. Por outro lado, notou-se uma certa rejeição desses jovens sobre as questões que envolvem as associações rurais e as lideranças do assentamento, alguns relataram que os conflitos entre os moradores e os líderes também os motivam a deixar o assentamento.

A pesquisa mostrou que as mulheres anseiam mais pela vida na cidade do que os homens, esses números podem estar relacionados ao fato de que o trabalho desenvolvido no campo pelas mulheres é menos valorizado do que o trabalho desenvolvido pelos homens. Frente a isso, essa pesquisa sugere estudos futuros relacionados ao trabalho desenvolvido no campo pela mulher, que muitas vezes acabam atuando como auxiliares, sobrando assim pouco espaço para o desenvolvimento de atividades agrícolas comerciais por parte delas.

Por fim, atenta-se ainda para as limitações deste estudo, visto que, as entrevistas foram realizadas apenas com uma parcela dos jovens assentados, não podendo assim evidenciar as

pretensões de todos os jovens do assentamento em questão.

Assim, é possível concluir que as pretensões dos jovens em migrar para a cidade é em grande parte para a realização de suas aspirações profissionais, e que muitos pretendem voltar ao campo, o que, em alguma medida, questiona as possibilidades de esvaziamento do campo e envelhecimento da população rural ●

Notas:

Clarear/roçar o mato ou terreno para ser cultivado

Referências:

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar no Sul do Brasil: entre setor e território. In: BEGOA, José (Org.) **Territórios rurais: movimentos sociais y desarrollo territorial em América Latina**. Santiago: RIMISP; Ed. Catalonia, 2007, p. 326-356.
- ABRÃO, José Carlos. **O educador a caminho da roça: notas introdutórias para um conceito de educação rural**. Campo Grande: UFMS, 1986.
- ALENTEJANO P. R. R. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, F. A. V. ; SOARES, B. R. Relação cidade-campo: a complexidade da temática. In: **XV Semana da Geografia, 2011**, Uberlândia. Anais da XV Semana da Geografia, 2011.
- ÁVILA, V. F. Cultura, Desenvolvimento Local, Solidariedade e Educação. In **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local**, UCDB, Campo Grande-MS, 28/11/2003.
- AZEVEDO, C. (1995) **Biologia Celular e Molecular**. Lisboa. Lidel Edições Técnicas, Lda.
- BAGLI, P. **Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2004. Relatório de pesquisa (FAPESP).
- BARRAL, G. Práticas Reprodutivas e transformadoras na escola pública, **Revista Línguas e Letras**, v.6, n.11, 2.sem. 2004 (ISSN: 1517-7238).
- BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, v.15, n.4, 2001.
- BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S. **Aspectos da educação rural no Brasil, frente aos desafios educacionais propostos pelo MST**. HISTEDBR on-line, Campinas, n. 26, p. 130- 143, jun. 2007.
- BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. Porto Alegre/ RS. 2004.
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retrato da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Percebeu Abramo, 2005.
- _____. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. CPDA/UFRR, 2005.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.
- CASTRO, E. G. de. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA/ SP, 2005. P.321-49.

- CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. SILVA, A. F. da. A relação cidade-campo: como analisá-la? Natal: Imagem, 1998.
- DAMIANI, A. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELGROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural? 1997 In: **Anais da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Encontro Nacional de Economia Política, n. 6, São Paulo, 2001.
- ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.
- FREIRE, Nádya Maria S. **Mulher, trabalho e capital no campo; um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul – RS**. Porto Alegre, 1984. (Dissertação de mestrado em Sociologia Rural).
- GONÇALVES, A. **Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações Jovens de Meio Rural (Boticas) e de Meio Urbano (Braga): análise de concepções, de valores e de práticas**. 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. p. 49.
- LOVATO, D. M. C. **A reedição da fixação do homem no campo e a especificidade da escola rural nos programas educacionais**. 2009.
- MARTINS, R. O. Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida, **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 06, n.10, p. 109-118, março de 2002.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. Livro I, v. I.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz C. Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OLIVEIRA, E. G. de. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG**. Caratinga-MG, 2006.
- OLIVEIRA, R. de S. Expectativas quanto ao trabalho: um estudo com jovens que vivem em assentamento rural no município de São Francisco do Pará, **Revista Amazônia**. Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): p.229-52, 2004.
- QUEIROZ, J.B.P. de. Os Centros Familiares de Educação em alternância no Brasil. **Cadernos Vozes**. Nº6, Nov.Dez.2001
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p.157.
- SILVA, P. S.; FILHO, E. T. D.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B. ; PEREIRA, T. F. C 1998. Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN. **Revista Verde** (Mossoró – RN – Brasil) v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SIQUEIRA, L. H. S. de S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).
- CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. P.; FERRER, M. T. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.
- SPANEVELLO, R. M.; VELA, H. A. Os fatores limitantes ao desenvolvimento dos jovens rurais pertencentes à agricultura familiar do município de Nova Palma/RS. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação** – Santo Ângelo, 2003.
- SPEYER, A. M. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983.
- SPOSITO, M. P. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da Anped, Caxambu, setembro de 1999.
- WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, UFPR (2): 29-37, 2000.
- *Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. rosaadeyse@gmail.com**
- **Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/ Gestão Social. pedro_arthur0015@yahoo.com.br**
- ***Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/ Gestão Social. karla_filqueira@hotmail.com**
- ****Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/ Gestão Social. bia-bernardes@hotmail.com**
- *****Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. Professora adjunta da Universidade Federal do Semi-Árido – UFERSA. betebop@uol.com.br**